

A COBERTURA MIDIÁTICA DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER: FATOS E CONTROVÉRSIAS

Adriana Jacob Carneiro¹

Resumo: A origem histórica do Dia Internacional da Mulher, data que possui significativa importância na luta pelos direitos das mulheres, vem sendo sistematicamente distorcida no Brasil. A cada ano, a cobertura midiática feita no país confirma o quanto a falta de uma apuração aprofundada tem o poder de reproduzir e fortalecer fatos inverídicos. Este artigo busca trazer informações sobre a origem da data em questão, bem como identificar a mulher construída pela mídia, tomando como baliza os estudos de gênero, particularmente a questão da mulher. A investigação se detém nas reportagens e cadernos especiais do 8 de março publicados nos jornais A Tarde e Folha de S. Paulo entre os anos de 1960 e 2009. A pesquisa utiliza as teorias de identidade cultural e gênero para investigar as representações da mulher elaboradas pela cobertura midiática do Dia Internacional da Mulher.

Palavras-chave: mulher, representações sociais, mídia, identidade, gênero.

Todos os anos, no dia oito de março, os brasileiros que acompanham a programação de rádios, tevês, sites e jornais conferem uma cobertura jornalística diferenciada da veiculada no restante do ano. Entrevistas, reportagens, às vezes cadernos ou programas inteiros abordam temas diversos relacionados ao universo da mulher. O leque vai de assuntos como maternidade e violência doméstica, passando por mercado de trabalho e conquista de direitos, até sexualidade, estética e lazer, entre muitos outros.

O motivo dessa cobertura singular é a comemoração do Dia Internacional da Mulher, momento simbólico no calendário das lutas pelos direitos das mulheres. A cobertura jornalística no Brasil associa o 8 de Março a um incêndio que teria acontecido em 1857 em Nova York e provocado a morte de 129 trabalhadoras da indústria têxtil. De acordo com essa versão, elas teriam sido queimadas vivas como punição por terem feito um protesto por melhores condições de trabalho.

Entretanto, essa informação amplamente divulgada pela mídia brasileira é incorreta. Apesar do protesto realmente ter ocorrido, o incêndio só aconteceu em 1911 e de forma diferente da narrada pelos meios de comunicação. Além disso, o fogo na Fábrica Triangle Shirtwaist, em Nova York, não foi a causa direta da escolha de uma

¹ Mestranda do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia. E-mail: adriana-jacob@uol.com.br



data no calendário para fortalecer as bandeiras defendidas pelas mulheres. Essa discussão já estava presente entre as trabalhadoras do período antes da tragédia. Tanto que em 28 de fevereiro de 1909, nos Estados Unidos, o Partido Socialista da América lançou uma declaração em favor da garantia dos direitos das mulheres.

O incêndio, de fato, ocorreu não no dia 8 de março de 1857, mas em 25 de março de 1911 e não teve motivações criminosas. A combinação entre instalações elétricas precárias e produtos têxteis inflamáveis deu início ao fogo na Triangle Shirtwaist. A porta de saída da fábrica estava fechada ostensivamente para evitar que as operárias roubassem materiais ou fizessem pausas. Na ocasião, morreram 146 pessoas, 125 mulheres e 21 homens, na maioria judeus.

No prédio onde aconteceu a tragédia, funcionam hoje as Faculdades de Biologia e Química da Universidade de Nova York. Uma placa fixada na fachada do edifício destaca o número de mortos no incêndio e afirma que o prédio possui significado nacional para a história dos Estados Unidos. A tragédia contribuiu para a especificação de critérios sobre as condições de segurança no trabalho e o crescimento dos sindicatos.

A comoção foi imensa. No dia 5 de abril houve um grande funeral coletivo que se transformou numa demonstração trabalhadora. Apesar da chuva, cerca de 100 mil pessoas acompanharam o enterro pelas ruas do Lower East Side. (BLAY, 2001)

O incêndio na Triangle Shirtwaist foi importante, posteriormente, para a melhoria das condições de segurança de trabalhadores como um todo, e não apenas das mulheres, já que também havia homens entre as vítimas. Em 28 de fevereiro de 1909, nos Estados Unidos, o Partido Socialista da América, propôs a criação de um Dia Internacional da Mulher, com o objetivo de garantir seus direitos em uma sociedade cada vez mais industrializada. A declaração foi assumida pela comunidade internacional no ano seguinte, no II Congresso Internacional de Mulheres Socialistas em Copenhague, na Dinamarca. Na ocasião, a alemã Clara Zetkin (1857-1933), membro do Partido Comunista Alemão, propôs que fosse designado um dia especial para a luta dos direitos das mulheres. Mas nenhuma data precisa foi definida.

Assim como na Europa, era intenso o movimento trabalhador nos Estados Unidos desde a segunda metade do século XIX. Homens, mulheres e até crianças sofriam com as péssimas condições de trabalho e salários reduzidos. A oferta de mão-de-obra era imensa, devido à imigração de europeus, muitos deles judeus e com um passado de militância política. No último domingo de fevereiro de 1908, ou seja, antes

do incêndio, mulheres socialistas dos Estados Unidos fizeram uma manifestação que chamaram Dia da Mulher, reivindicando o direito ao voto e melhores condições de trabalho. No ano seguinte, em Manhattan, a data reuniu 2 mil pessoas.

No movimento dos trabalhadores as relações étnicas tinham peso fundamental, razão pela qual, para garantir um compromisso com a greve, um de seus líderes usou um argumento de extraordinária importância religiosa para os judeus. Ele perguntou à assembleia: “Vocês se comprometerão com o velho mandamento judaico?” Uma centena de mãos se ergueram e todos gritaram: “Se eu esquecer de vós, ó Jerusalém, que eu perca minha mão direita”. Era um juramento de que não furariam a greve. (BLAY, 2001)

Nesse período, em novembro de 1909, cerca de 15 mil trabalhadores do vestuário, a maioria mulheres, entraram em greve. A ação provocou o fechamento de mais de 500 fábricas. Jovens operárias italianas aderiram, houve prisões e tentativas de contratar novas trabalhadoras, o que tornou o clima muito tenso. A direção da greve ficou com a Associação dos Trabalhadores Hebreus e com o Sindicato Internacional de Trabalhadores na Confecção de Roupas de Senhoras (International Ladies' Garment Workers' Union). O movimento só passou a se esvaziar à medida que as grandes empresas cederam algumas reivindicações. A greve terminou em 15 de fevereiro de 1910, após 13 semanas.

A referência direta ao 8 de março só foi feita em 1917, quando trabalhadoras russas do setor de tecelagem entraram em greve para protestar contra a 1ª Guerra Mundial e pedir paz.

Costumes primaveris de dar as primeiras flores para mulheres teriam contribuído para, nos fins de fevereiro/início de março, ser a época do ano observada pelos movimentos feministas, até que em 1917, as mulheres russas convocaram uma greve no último domingo de fevereiro para protestar contra a guerra (dia 23 de fevereiro) no calendário Juliano, 8 de março no Gregoriano. (KARPOVA, 2010).

A data passou a ser comemorada com mais intensidade na década de 60, com o fortalecimento ocorrido na segunda fase ou segunda onda do movimento feminista². A consagração veio com o apoio internacional, em 1975, quando a Organização das

² Nesse período, as americanas enfatizavam a denúncia da opressão masculina e a busca da igualdade, enquanto as francesas defendiam a necessidade de valorização das diferenças entre homens e mulheres. (NARVAZ, Martha e KOLLER, Sílvia, 2006)

Nações Unidas (ONU) instituiu oficialmente a data como o Dia Internacional da Mulher.

É possível que a tragédia envolvendo as trabalhadoras da Triangle tenha se incorporado ao imaginário coletivo da luta das mulheres. Mas o processo de instituição de um Dia Internacional da Mulher já vinha sendo elaborado pelas socialistas americanas e européias. Apesar da imprecisão dos fatos históricos comumente divulgados e da associação cada vez mais freqüente da data ao universo do consumo, o Dia Internacional da Mulher é um momento importante no calendário das lutas pelos direitos das mulheres, inclusive pela maior cobertura, nesse período, de questões diversificadas de gênero, a exemplo do espaço ocupado pelas mulheres nas instâncias de poder e sua participação política.

Grande parte dos meios de comunicação brasileiros veicula, todos os anos, informações supostamente históricas sobre a data que, na verdade, não encontram respaldo nos acontecimentos que motivaram as homenagens ao 8 de Março. A edição do Jornal Folha de S.Paulo de 8 de março de 2007, por exemplo, destaca os 150 anos do Dia Internacional da Mulher. Periódico de maior circulação do país a Folha de S.Paulo apresenta a busca de informações precisas e éticas como um dos pilares do jornalismo que pratica. No entanto, a comemoração dos 150 anos da data dedicada às mulheres não possui coerência histórica, já que o incêndio que originaria a data só aconteceu em 1911. Um fato histórico que, na verdade, completará cem anos apenas em 2011.

Nessa mesma edição de 2007, a Folha de S. Paulo enfatiza em diferentes espaços os 150 anos da data. Em um caderno especial, uma matéria com a “Trajetória Feminina” anuncia: “Fatos que marcaram os últimos 150 anos da história das mulheres no Brasil e no mundo” e inicia a lista com o suposto incêndio de 1857. Na seção Tendências/ Debates, artigo escrito por uma advogada, mestre e doutora em direito, comete o mesmo equívoco. O periódico vai ainda mais longe ao anunciar um debate em que “serão discutidos o feminismo e o direito das mulheres 150 anos após o massacre de 129 operárias em Nova York”.

O amplo espaço dedicado a assuntos referentes à mulher nos meios de comunicação no Oito de Março é um dos motivos para considerarmos a data em questão um momento privilegiado para empreender estudos de gênero que focalizem as representações sociais da mulher na mídia. O que nos interessa, na pesquisa Gênero e Mídia: a cobertura do Dia Internacional da Mulher, é identificar a mulher construída

pela mídia na cobertura jornalística da data em questão, tomando como baliza os estudos de gênero, particularmente a questão da mulher.

A partir de uma análise preliminar dos dois periódicos analisados no estudo, os jornais A Tarde e Folha de S.Paulo, foi possível perceber a necessidade de esclarecimento dos fatos históricos referentes às lutas e conquistas das mulheres que originaram o Dia Internacional da Mulher.

O texto jornalístico legitima algumas identidades, ao mesmo tempo em que exclui outras, apesar do discurso de objetividade e isenção. Como destaca Fairclough (1995), as notícias são socialmente construídas e todo o contexto social influencia a escolha do assunto que poderá ou não ser considerado noticiável. Ao mediar eventos e fatos, a mídia seleciona, constrói e destaca alguns aspectos da realidade em detrimento de outros. Assim, reforça certos valores e imagens que interessam aos centros de poder econômico e político.

Unidade básica de informação do jornalismo, a notícia baseia-se nos fatos jornalísticos, que constituem a menor unidade de significação. A seleção e o recorte desses fatos, de acordo com os critérios de noticiabilidade de cada veículo de comunicação, obedecem a determinações ao mesmo tempo objetivas e subjetivas, e compõem a base da crítica à objetividade e à imparcialidade da mídia³.

Não há dúvida que a chamada 'objetividade jornalística' esconde uma ideologia, a ideologia burguesa, cuja função é reproduzir e confirmar as relações capitalistas. Essa objetividade implica uma compreensão do mundo como um agregado de 'fatos' prontos e acabados, cuja existência, portanto, seria anterior a qualquer forma de percepção e autônoma em relação a qualquer ideologia ou concepção de mundo. Caberia ao jornalista, simplesmente, recolhê-los escrupulosamente como se fossem pedrinhas coloridas. (GENRO FILHO, 1989, p. 188)

A aparência de objetividade é reforçada pelos elementos que compõem internamente a matéria, por um lado, e pelo fato dos temas eleitos pelas diversas formas de mídia serem, em muitos casos, os mesmos. Estes elementos fazem crer que a matéria será uma descrição pura e simples dos acontecimentos. É por meio da representação – e a mídia é um dos campos privilegiados para a ocorrência desse processo – que a identidade e a diferença adquirem sentidos. De acordo com Oliveira (2005), quem tem o

³ Para essas considerações, nos baseamos sobretudo em GENRO Filho, Adelmo. O Segredo da Pirâmide. Para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Airtón Ortiz, 1989.

poder de representar, tem também o poder de definir e determinar a identidade, já que é através da representação que a identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder.

Moscovici (2009) define as representações como uma série de proposições que possibilitam que coisas ou pessoas sejam classificadas e que seus sentimentos e ações sejam explicados. “Do ponto de vista dinâmico, as representações sociais se apresentam como uma ‘rede’ de idéias, metáforas e imagens, mais ou menos interligadas livremente e, por isso, mais móveis e fluidas que teorias” (2009, 210). O autor destaca que não é mais adequado considerar as representações como uma réplica do mundo ou como um reflexo dele, porque as representações o constituem mais do que o simulam.

Isso significa que representações compartilhadas, sua linguagem, penetram tão profundamente em todos os interstícios do que nós chamamos realidade que podemos dizer que elas o constituem. Elas constituem, pois, a identidade, o self, o mercado, as características de uma pessoa ou de um grupo (Moscovici, 2009, 212).

Os meios de comunicação têm papel importante nessa dinâmica. Como elementos constitutivos da vida social, eles alteraram modos de interação, transformaram o acesso e o consumo de bens simbólicos e mudaram radicalmente as fronteiras entre a esfera pública e privada.

A imprensa torna-se um campo de batalhas que sustenta o exercício do poder e ao mesmo tempo abre novas dimensões de transparência e visibilidade para este exercício. (JOVCHELOVITCH, 2000, 90).

Através da leitura inicial do Jornal A Tarde, periódico de maior circulação na Bahia, é possível perceber que as abordagens mais críticas e políticas sobre o Dia Internacional da Mulher não estão nas matérias propriamente ditas, mas sim nas páginas de opinião. É o caso do artigo “Reafirmando a luta da mulher”, publicado em 8 de março de 2009, em que a vereadora Vânia Galvão fala sobre o que considera a “desapropriação do significado da data por parte do mercado, que insiste em transformar a data em mais um dia de ‘homenagem’ esvaziado de conteúdo político”. A autora destaca que, a maior parte da mídia promove um olhar sobre a mulher através das lentes do consumo, como potenciais consumidoras de produtos de beleza, academias de ginástica ou utilidades domésticas que, na visão dos promotores de venda, dão significado ao “universo feminino”.

Essa abordagem mais crítica nas páginas de tendências e debates também pode ser observada no outro jornal analisado pela pesquisa, a Folha de S.Paulo. Na edição de 8 de março de 2009, o periódico publicou o artigo Mulheres sem espaço no poder, de autoria do doutor em demografia José Eustáquio Diniz Alves. No texto, o especialista cita dados políticos e históricos sobre a mulher no Brasil e no mundo e questiona: “Muitas pessoas se perguntam: para que serve o DIM (Dia Internacional da Mulher)? Serve, por exemplo, para debater o déficit democrático de gênero, o pouco espaço das mulheres nas instâncias de poder e o fato de a presença feminina na política formal não ser proporcional à importância que as mulheres possuem na sociedade”.

A análise do maior jornal da Bahia e do que possui maior visibilidade do país possibilitará a comparação da cobertura jornalística da data em questão em São Paulo e em Salvador. Inserido nos estudos de mídia e gênero, este trabalho pretende contribuir com as reflexões sobre a identidade da mulher no século XXI, a partir da realidade da cobertura jornalística em capitais de duas regiões do Brasil, Sudeste e Nordeste.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Maria Amélia Ferreira de. **Feminismo na Bahia: 1930-1950**. Salvador:

UFBA, 1986. 188 p. (Mestrado em Ciências Sociais).

ARRUDA, Ângela. **Teoria das representações sociais e teorias de gênero**. Cadernos de Pesquisa, n.117, p.127-147, novembro/2002.

BARROS Filho, Clóvis. **Crítica à objetividade da mídia**. In: Pauta Geral, Vol. 2, No 2, 1994.

BASSANEZI, Carla. **Virando as páginas, revendo as mulheres: Revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BRAGA, José Luiz. **Questões metodológicas na leitura de um jornal**. In: PORTO, Sérgio Dayrell; MOUILLAUD, Maurice. O Jornal – da forma ao sentido. Brasília: Paralelo 15, 1997. p.321-334.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Mulher de Papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira**. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

CORAZZA, Helena. **Questão de gênero: inclusão/exclusão da mulher no complexo midiático**. Texto apresentado no I Simpósio Brasileiro “Gênero e Mídia”. Curitiba, Agosto de 2005.

- CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas**. Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. **Media Discourse**. Londres: Edward Arnold, 1995.
- GENRO Filho, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide**: Por uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Airton Ortiz, 1989.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações Sociais e Esfera Pública**. A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**. Investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- OLIVEIRA, Maria de Fátima Cabral Barroso de. **A Mídia e as Mulheres**: Feminismos, Representação e Discurso. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. 144 p. (Mestrado em Letras).
- PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.
- SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Tradução Raul Fiker. Bauru, SP, EDUSC, 2001, 384 p. Coleção Mulher.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. In: American Historical Review, Nova York, 1986.
- SILVEIRINHA, Maria João. **Representadas e Representantes: as mulheres e os Media**. In: Media & Jornalismo. Revista do Centro de Integração Media e Jornalismo. Coimbra, No 5, Ano 3, Novembro 2004.
- TUCHMAN, Gaye. **A objectividade como ritual estratégico**: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: American Journal of Sociology, Universidade de Chicago, Vol. 77, No 2, 1972. p.74-90.

Sites:

- BLAY, Eva Alterman. Oito de Março: Conquistas e controvérsias. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, Vol.9, No 2, 2001. p.601-607. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php
- KARPOVA, Lisa. 100 Anos do Dia Internacional da Mulher: a Rússia foi a pioneira dos Direitos da Mulher. In: **Pravda.ru**, Moscou, 8 de março de 2010. Disponível em http://port.pravda.ru/russa/29045-direito_mulheres_russia-0

NARVAZ, Martha e KOLLER, Sílvia. Metodologias Feministas e Estudos de Gênero: Articulando pesquisa, clínica e política. In: **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, set./dez. 2006. p. 647-654. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php

SGARBIERI, Astrid Nilsson. Representações do gênero feminino na mídia impressa. *Estudos Lingüísticos XXXV*, p.386-371, 2006.